

UMA ANÁLISE DA HOMOFOBIA SEGUNDO UMA PERSPECTIVA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL: Análise de Matérias Jornalísticas

Gabriela Bertelli (IC) e Cristina Moreira Fonseca (Orientador)

Apoio: PIBIC Mackpesquisa

RESUMO

O presente estudo se trata de uma pesquisa acerca do tema homofobia, a qual visa a analisar a frequência de ocorrência de reportagens do jornal Folha de S. Paulo abordando o tema denominado atualmente homofobia. Os dados coletados foram referentes aos anos anterior e posterior (1972 e 1974, respectivamente) à retirada da homossexualidade do DSM, em 1973. A coleta das reportagens foi feita no acervo digital Folha de S. Paulo utilizando termos-chave. Os materiais obtidos foram divididos em categorias, a saber: (1) com violência de caráter homofóbico, subdividida em (a) violência verbal, (b) violência física, (c) violência sexual, (d) violência verbal e física, (e) violência verbal e sexual, (f) violência física e sexual, e (g) violência verbal, física e sexual; (2) sem violência de caráter homofóbico; (3) propagandas e comunicados; e (4) reportagens que não puderam ser localizadas. A análise estatística foi realizada no *Microsoft Excel* utilizando os testes *t de Student* independente e *qui-quadrado*. Como resultados, não houve diferenças estatisticamente significativas ($p > 0,05$) em ambos os testes supracitados, evidenciando uma manutenção no número de reportagens sobre homofobia nos dois anos estudados. Ademais, entende-se que a homofobia é um comportamento complexo, envolvendo operantes e respondentes, e que uma mudança pontual — saída da homossexualidade do DSM —, embora importante, não é suficiente para mudar comportamentos homofóbicos a curto prazo. Por fim, entende-se que pesquisas que analisem os impactos da retirada da homossexualidade do DSM a médio e longo prazo são importantes.

Palavras-chave: Análise do Comportamento. Homofobia. Mídia.

ABSTRACT

The present study is a research about the theme homophobia, which aims to analyse the frequency of occurrence of reports from the newspaper Folha de S. Paulo approaching the topic denominated nowadays as homophobia. The collected data refers to the year before and after (1972 and 1974) the removal of homosexuality from the DSM, in 1973. The reports were collected from the Folha de S. Paulo digital collection using keywords. The collected material were divided into categories, namely: (1) with homophobic violence, subdivided into (a) verbal violence, (b) physical violence, (c) sexual violence, (d) verbal and physical violence, (e) verbal and sexual violence, (f) physical and sexual violence, and (g) verbal, physical and sexual violence; (2) without homophobic violence; (3) advertisements and announcements; and (4)

reports that could not be found. The statistical analysis was done at Microsoft Excel using the independent t-test and the chi-squared test. As results, there were no statistically significant differences ($p>0,05$) in both tests aforementioned, evidencing maintenance in the numbers of reports about homophobia in both studied years. Furthermore, it's understood that homophobia is a complex behavior, involving operants and respondents and that a punctual change — removal of homosexuality from the DSM —, although important, is not enough to change homophobic behaviors in the short term. Finally, it's understood that researches that analyze the impacts of the removal of homosexuality from the DSM in the mid and long term are important.

Keywords: Behavior Analysis. Homophobia. Media.

1. INTRODUÇÃO

Durante toda a história, observam-se comportamentos homossexuais, os quais, em determinados períodos sócio-históricos, foram amplamente controlados de forma aversiva. De acordo com Sidman (2009), o controle aversivo se dá através do reforçamento negativo e da punição: “no reforçamento negativo uma ação subtrai, remove ou elimina algo, fazendo com que alguma condição ou coisa que estava lá antes do ato desaparecesse” (SIDMAN, 2009, p. 55), isto é, há a retirada de um estímulo aversivo; enquanto a punição pode assumir duas formas: (a) retirada de um reforçador positivo; e (b) apresentação de uma condição aversiva.

Além disso, Leal e Carvalho (2009) apontam que, historicamente, os comportamentos homofóbicos dizem respeito tanto às relações sociais cotidianas quanto às leis e regimentos semelhantes. Mais ainda, entende-se que tanto o Estado quanto a Religião são importantes agências que controlam o comportamento — agências de controle — (SKINNER, 2003) através de leis e de dogmas que discriminam quais comportamentos são (i) bons e quais são maus, quais são (ii) certos e quais são pecaminosos, quais são (iii) éticos e quais são imorais e, mais ainda, quais são (iv) lícitos e quais são ilícitos. (NAVES, 2013; SKINNER, 2003).

Sobre as pesquisas realizadas neste campo, estudos anteriores à despatologização da homossexualidade consideravam-na uma doença. O tema era tratado de tal forma porque em 1948 a homossexualidade foi classificada como uma patologia pela Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID) (LAURENTI, 1984) e em 1952 pelo Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) (CARVALHO; SILVEIRA; DITTRICH, 2011). Estudos patologizantes sobre a homossexualidade propunham práticas “curativas” (CARVALHO; SILVEIRA; DITTRICH, 2011) e marcaram um modo violento de se lidar com essa questão.

Entende-se, então, que a cultura e o contexto num determinado período influenciam na classificação de patologias, ou seja, os padrões de normalidade são estabelecidos pela sociedade (BANACO; ZAMIGNANI; MEYER, 2010).

Após mobilizações sociais, a homossexualidade é retirada dos sistemas classificatórios: (a) a American Psychiatric Association (APA) retira a homossexualidade do DSM em 1973; (b) em 1985 o Conselho Federal de Medicina do Brasil também retira a homossexualidade da classificação de doença; (c) em 1991, a Organização Mundial de Saúde (OMS) retira a homossexualidade de seu sistema nosológico (CID); e (d) por fim, em 1999, o Conselho Federal de Psicologia do Brasil estabelece normas para a atuação de profissionais com relação a orientação sexual, despatologizando a homossexualidade (CARVALHO; SILVEIRA; DITTRICH, 2011).

No entanto, apesar da homossexualidade ter sido retirada dos sistemas nosológicos, na atualidade ainda perpetuam práticas patologizantes. A APA publicou, em 2009, um estudo com 80 pesquisas entre 1960 e 2007 que versavam sobre práticas “curativas” para a homossexualidade, ou seja, práticas clínicas para modificar a orientação sexual do indivíduo (CARVALHO; SILVEIRA; DITTRICH, 2011). O período da publicação mostra estudos que propõem um tratamento para a homossexualidade mesmo após ela ter sido retirada dos sistemas classificatórios.

Além disso, analisar casos de homofobia a partir de uma perspectiva Analítico-Comportamental possibilita o entendimento das contingências responsáveis por esse comportamento, o que é de suma importância para compreender e, se propor possibilidades para se reduzir comportamentos homofóbicos, embora esse não seja o objetivo do presente estudo.

Mais ainda, Barreto e Ribeiro (2014) comentam que os psicólogos podem trazer contribuições importantes (pesquisas e outros conhecimentos) sobre a sexualidade humana, de modo a possibilitar uma expressão de sexualidades livre e responsável.

Ao encontro disso, Mizael (2018) aponta lacunas e sugestões para pesquisas futuras que queiram somar esforços na luta pelos direitos das pessoas LGBT e combate à homofobia e outras formas de violência. Uma das vias que a autora julga importante é a pesquisa que desvela as implicações da violência contra pessoas LGBT, considerando principalmente sua raiz nas práticas sociais de discriminação, superando o essencialismo de concepções internalistas e descontextualizadas, conforme acusaram Fazzano e Gallo (2015).

Desse modo, para cumprir seu propósito, este estudo analisou reportagens sobre homofobia a partir do veículo de mídia jornal Folha de S. Paulo. Essa escolha se deu pelo grande alcance do jornal estudado: “De acordo com os dados do IVC (Instituto Verificador de Comunicação) (2009), o Jornal Folha de São Paulo foi o jornal impresso de maior circulação, com aproximadamente 300.000 exemplares circulantes por dia” (NAVES, 2013, p. 38).

Dito isso, a presente pesquisa analisou reportagens do acervo digital Folha de S. Paulo dos anos de 1972 e de 1974, isto é, um ano antes e um ano após a retirada da homossexualidade, enquanto uma classificação, do DSM, a qual ocorreu em 1973. A partir disso, questiona-se: a retirada da homossexualidade do DSM no ano de 1973 alterou a frequência de ocorrência de relatos de casos de violência de caráter homofóbico (matérias jornalísticas do Jornal Folha de S. Paulo) no ano seguinte a sua retirada do DSM?

Por fim, o objetivo desta pesquisa foi analisar, sob a óptica da Análise do Comportamento, matérias jornalísticas de um grande veículo de mídia brasileiro — Folha de S. Paulo — sobre o tema denominado atualmente de homofobia. Os anos estudados foram

1972 e 1974, ou seja, o ano anterior e o ano posterior à retirada do “homossexualismo” do DSM, fato ocorrido em 1973. Em síntese, o objetivo do trabalho foi analisar se a frequência de ocorrência de reportagens sobre o que é denominado hoje de homofobia mudou após a retirada da homossexualidade do DSM, ou seja, aumentou o número de reportagens? Diminuiu? Manteve-se?

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A sociedade de modo geral utilizou e utiliza controle aversivo nas mais diversas relações, tanto interpessoais quanto na relação governo-população (SKINNER, 2003). Isso pode ser observado, dentre outras situações, em contingências homofóbicas.

Controle aversivo é entendido como uma forma de controle que pode envolver reforçamento negativo e/ou punição (SIDMAN, 2009), os quais, por sua vez, geram efeitos colaterais decorrentes desse tipo de controle (SIDMAN, 2009). Segundo Sidman (2009), os efeitos colaterais da punição “cancelam seus benefícios e são responsáveis por muito do que está errado em nossos sistemas sociais” (SIDMAN, 2009, p. 93). Como um desses efeitos tem-se a evitação da punição, a qual é exemplificada por Sidman (2009) quando os médicos, no período em que se utilizava o Código de Hammurabi (cujo princípio era “olho por olho, dente por dente”) negligenciavam casos que não possuíam tratamento confiável para não sofrerem punições. Além disso, indivíduos evitavam a carreira de medicina, pois seriam punidos caso o tratamento prescrito a seus pacientes fracassasse.

Skinner (2003, p. 199) enfatiza esses efeitos colaterais descritos acima quando menciona que:

A longo prazo, a punição, ao contrário do reforço, funciona com desvantagem tanto para o organismo punido quanto para a agência punidora. Os estímulos aversivos necessários geram emoções, incluindo predisposições para fugir ou retrucar, e ansiedades perturbadoras.

Desse modo, os efeitos da punição incluem: (a) emissão de respostas incompatíveis com a resposta punida; (b) “o comportamento que consistentemente é punido vem a ser a fonte de estímulos condicionados que evocam um comportamento incompatível” (SKINNER, 2003, p. 2004), isto é, respostas emocionais geradas pela punição ou pela sinalização de punição são aversivas e evocam respostas incompatíveis; (c) evitação do contexto em que a punição ocorreu, a qual provoca consequências descritas por Skinner (2003, p. 2007) em:

Se se evita repetidamente a punição, o reforçador negativo condicionado sofre extinção. O comportamento incompatível então será cada vez menos fortemente reforçado, e o comportamento punido finalmente emergirá. Quando a punição novamente ocorrer, os estímulos aversivos são recondicionados, e o comportamento de fazer alguma outra coisa será então reforçado. Se a punição descontinua, o comportamento poderá emergir com força total.

Outros efeitos descritos por Skinner (2003) são denominados por ele como lamentáveis subprodutos da punição. Esses subprodutos podem ser relacionados aos efeitos colaterais supracitados relatados por Sidman (2009). Os subprodutos da punição são: (a) “conflito entre a resposta que leva à punição e a resposta que a evita” (SKINNER, 2003, p. 208); (b) eliciação de respostas emocionais, tais como medo, ansiedade, culpa, vergonha, raiva, frustração, entre outras emoções; (c) prejuízo nos repertórios sociais; (d) dificuldade na resolução de problemas interpessoais e na manutenção de relacionamentos positivos (BARRETO; RIBEIRO, 2014; SKINNER, 2003).

Sidman (2009) ainda afirma que os efeitos colaterais são de extrema importância. Para dimensionar essa importância, o autor cita que medicamentos são retirados de circulação por conta desses efeitos. Desse modo, Sidman (2009) ressalta que a punição e outras formas de coerção foram inseridas na cultura sem testagem adequada e que, se for realizada uma avaliação mais acurada, a coerção também deveria ser “retirada de circulação”.

Além disso, a punição não funciona a longo prazo, como evidenciado na seguinte fala de Skinner (2003, p. 200-201):

O efeito da punição foi uma supressão temporária do comportamento, não uma redução no número total de respostas. Mesmo sob punição severa e prolongada, a frequência de respostas aumentará quando cessar a punição, e embora sob essas circunstâncias não seja fácil mostrar que todas as respostas originalmente possíveis finalmente aparecerão, tem-se verificado que depois de certo tempo a frequência de respostas não é mais baixa do que seria se não houvesse acontecido a punição.

Skinner (2003) propõe o uso de reforçamento positivo ou de reforçamento diferencial em vez de punição. O primeiro consiste no reforçamento positivo para aumentar a ocorrência de um comportamento-alvo; e o segundo consiste na extinção de um comportamento “indesejado” concomitante ao reforçamento de comportamentos alternativos (BARRETO; RIBEIRO, 2014; MOREIRA; MEDEIROS, 2007).

Tendo em vista tudo o que foi previamente descrito, os indivíduos ou grupo de indivíduos controlados se opõem a este controle, num processo chamado por Skinner (2011) de contracontrole. Segundo o autor, os indivíduos controlados escapam desse controlador ou o atacam com a finalidade de reduzir ou eliminar seu poder (SKINNER, 2011). Nos casos de homofobia, tem-se como exemplo de contracontrole movimentos sociais, que conquistaram diversos direitos ao longo da história.

Paralelo a isso, Skinner (2003) descreve as agências de controle, as quais visam controlar o comportamento de indivíduos inseridos na comunidade, com o intuito de organizar a convivência desses sujeitos (NAVES, 2013; SKINNER, 2003). Ao encontro disso, Martone e Banaco (2005 apud NAVES, 2013, p. 24) afirmam que a mídia é “uma agência de controle que detém o reforçador informação”. Além disso, cabe destacar que “o uso da mídia por outras

agências de controle pode favorecer o estabelecimento de práticas culturais na sociedade.” (NAVES, 2013, p. 30).

Sobre a homofobia mais especificamente, pode-se defini-la em termos comportamentais, segundo Fazzano e Gallo (2015, p. 538), como:

[...] um conjunto de comportamentos complexos, envolvendo comportamentos operantes e respostas emocionais, relativos às várias modalidades de agressão (seja física, psicológica ou sexual) contra indivíduos homossexuais ou que se identifiquem com a cultura homossexual.

A homofobia, portanto, pode ser analisada sob a perspectiva do agressor e da vítima. Para o agressor, comportamentos homofóbicos podem ser reforçadores positivos, bem como reforçadores negativos. O reforçamento positivo ocorre quando a agressão em si é reforçadora, bem como quando há reforçamento social por outras pessoas com comportamentos homofóbicos em seus repertórios. Enquanto o reforçamento negativo seria referente à eliminação do estímulo aversivo, que no caso seria a vítima, a qual pode ser violentada de diversas formas (verbal, física e sexualmente), podendo chegar até mesmo ao óbito. Essa eliminação do estímulo aversivo seria funcional, uma vez que a vítima da agressão, também por reforçamento negativo, tentaria eliminar aquela violência de alguma maneira, como, por exemplo, fugindo. Assim, do ponto de vista da vítima, a agressão é uma punição e, desta maneira, comportamentos para evitar essa punição podem surgir, tais quais: (a) qualquer sinal de punição pode passar a punir por si só (SIDMAN, 2009), o que causa a evitação do contexto em que ocorreu a punição; (b) eliciação de respostas emocionais; e (c) comportamentos incompatíveis com o comportamento punido, como emitir comportamentos homofóbicos na presença de possíveis agentes punidores, ou até mesmo respostas opostas ao comportamento punido, como manter relações heterossexuais (FAZZANO; GALLO, 2015).

3. METODOLOGIA

As matérias foram buscadas no acervo digital do jornal Folha de S. Paulo, disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Essa escolha se deu pela grande repercussão do jornal, como supracitada (vide introdução). Para realizar essa pesquisa foi feita a assinatura da Folha Digital Universitários, disponível em: <<https://secure.folha.com.br/folha>>. As buscas foram realizadas nos anos de 1972 e 1974, excluindo-se o ano da retirada da homossexualidade do DSM (1973) — e utilizando os seguintes termos-chave no filtro disponível no acervo digital: homofobia, LGBTfobia, “homossexualismo”, “homossexualismo”, homossexualidade, homossexualidade, homossexual, homossexual, gay, lésbica, “lesbianismo”, GLS, LGB, LGBT, bissexualidade, bissexualidade, “bissexualismo”, “bissexualismo”, bissexual, bissexual, transexualidade, “transexualismo”, transgênero, transexual, travesti, orientação sexual, sexualidade, sexual e sexo.

A busca foi realizada em etapas, descritas a seguir. **(i)** Foi selecionada a opção de “busca avançada” no acervo digital, opção esta que fica abaixo da caixa de procura. **(ii)** Os termos-chave foram inseridos no tópico “termos” e no subtópico “qualquer uma destas palavras”. Esses termos foram inseridos sem vírgulas, aspas e o “e” utilizado na apresentação das palavras neste trabalho. **(iii)** Foi selecionado no tópico “período” o período a ser estudado. Vale destacar que este processo foi realizado em dois períodos: o ano de 1972 (1º de janeiro de 1972 a 31 de dezembro de 1972) e o ano de 1974 (1º de janeiro de 1974 a 31 de dezembro de 1974), sendo pesquisado mês a mês de cada ano. **(iv)** Foi selecionada a opção que engloba apenas o jornal Folha de S. Paulo, pois existe a opção “Folha de S. Paulo”, “Folha da Manhã”, “Folha da Noite” e “TODOS”. **(v)** A ordenação escolhida foi da matéria mais antiga; **(vi)** no filtro “cadernos” foi selecionado “primeiro caderno”. E, por fim, **(vii)** o filtro “temas” foi utilizado para selecionar as matérias de “cultura e sociedade” dentre “ciência e tecnologia”, “cultura e sociedade”, “economia”, “feminino”, “internacional” e política”.

Os resultados encontrados a partir dos processos descritos acima foram triados por meio da identificação do termo-chave encontrado e — se através desse método não ficasse claro se é uma reportagem que contém violência de caráter homofóbico ou se é uma matéria não relacionada a violência e/ou homofobia — foi realizada a leitura de todo o texto para checagem.

Após esses processos o material coletado foi classificado em: **(i)** com violência de caráter homofóbico, categoria subdivida em: **(a)** violência verbal, **(b)** violência física, **(c)** violência sexual, **(d)** violência verbal e física, **(e)** violência verbal e sexual, **(f)** violência física e sexual, **(g)** violência verbal, física e sexual; **(ii)** sem violência de caráter homofóbico; **(iii)** propagandas e comunicados; e **(iv)** reportagens que não puderam ser localizadas.

Sobre as reportagens que não puderam ser localizadas, algumas páginas escaneadas no acervo digital Folha de S. Paulo não apresentaram o destaque dos termos-chave encontrados, inviabilizando a localização correta do material. Dessa forma, nesses casos, o material era classificado na categoria (iv) supracitada.

Sobre a classificação das reportagens, cabe destacar que o critério para identificar se uma reportagem contém violência de caráter homofóbico é estarem escritas no corpo da reportagem sinalizações de que é uma violência. Dessa forma, se a reportagem como um todo não apresentou um relato de violência em si, ou seja, não foi uma denúncia de uma violência cometida, mas apresentou características de violência, ela foi classificada como contendo violência. Além disso, como as reportagens são de 1972 e 1974, engloba-se uma nomenclatura mais extensa e diversificada, visto que, por ser outro momento sócio-histórico,

as nomenclaturas eram diferentes e muitas vezes não se discriminava entre as violências contra os diferentes grupos que compõem a comunidade LGBT.

Mais especificamente sobre as sinalizações, é considerada:

(i) Violência verbal

Quando são utilizados nomes pejorativos para denominar uma pessoa e/ou quando se agride verbalmente a pessoa por sua orientação sexual. Dessa forma, essas sinalizações são utilizadas para identificar esse tipo de violência nas reportagens, considerando possíveis variações.

Cabe destacar que no processo de categorização, os casos de reportagens em que a pessoa é acusada judicialmente (ou apenas acusada de forma pejorativa) por atos homossexuais a notícia é classificada como violência verbal, visto que não há outra categoria estabelecida no presente trabalho que melhor enquadre esse tipo de situação.

(ii) Violência física

Reportagens que contêm descrições de violência física contra uma pessoa devido a sua orientação sexual ou a suposição por parte do agressor de sua orientação.

(iii) Violência sexual

Reportagens que contêm descrições de violência de caráter sexual contra uma pessoa devido a sua orientação sexual ou a suposição por parte do agressor de sua orientação.

Após essas diferenciações feitas acima, acrescenta-se que reportagens podem conter mais de um tipo de violência, permanecendo os critérios acima descritos.

Além disso, a coleta e a categorização foram realizadas durante os meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2020, totalizando 8682 materiais analisados do acervo digital Folha de S. Paulo.

Os cálculos de frequência de ocorrência foram realizados utilizando-se a ferramenta *Microsoft Excel*. Tais cálculos foram feitos em cada mês dos dois anos estudados. A partir disso, com a média obtida de cada ano foi realizado o teste estatístico *t de Student independente* por meio da ferramenta *Excel*, a fim de verificar se houve uma diferença estatisticamente significativa entre os anos estudados comparando as matérias sobre violência e as matérias sem violência. Em seguida, com os números obtidos nas categorias supracitadas no ano anterior e no ano posterior à saída da homossexualidade do DSM, foi

realizado o teste do *qui-quadrado* através da ferramenta *Excel*, a fim de analisar a relação entre duas variáveis qualitativas.

Ademais, foram realizadas tabelas para organizar as reportagens encontradas e possibilitar uma visão ampla do estudo. Para finalizar, os resultados foram analisados e discutidos sob a perspectiva da análise do comportamento.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

O presente trabalho possui como objetivo principal analisar, à luz da análise do comportamento, reportagens do acervo digital Folha de S. Paulo sobre o tema denominado atualmente homofobia. Os anos estudados foram 1972 e 1974. Em suma, o objetivo foi analisar se a quantidade de reportagens sobre o que é denominado hoje de homofobia se alterou ou não após a retirada da homossexualidade do DSM.

Três tabelas serão apresentadas a seguir: (1) a tabela 1 refere-se à distribuição de reportagens sem violência, de propagandas e comunicados e de reportagens que não foram encontradas nos anos de 1972 e 1974; (2) a tabela 2 refere-se à distribuição das categorias de reportagens de caráter homofóbico nos anos de 1972 e 1974; e (3) a tabela 3 refere-se à uma síntese com todos os dados coletados na pesquisa. Após cada uma das tabelas os resultados são apresentados.

Dito isso, os resultados apontaram para uma manutenção da quantidade de reportagens sobre o fenômeno homofobia nos anos de 1972 e 1974, ou seja, observou-se dados semelhantes em ambos os anos estudados ($n=7$ em 1972; e $n=9$ em 1974). Além disso, cabe destacar que já no ano de 1972 não houve um número expressivo de reportagens contendo violência de caráter homofóbico.

Ao encontro do que foi supracitado, não houve diferença estatisticamente significativa entre os anos de 1972 e 1974 no teste do *qui-quadrado*. Os valores de p obtidos foram de 0,132705 para reportagens sem violência e com violência; e 0,362770 para as subcategorias de reportagens com violência, cabe ressaltar que algumas subcategorias não foram consideradas nos cálculos porque não houve ocorrência na população.

Ainda mais, o teste *t de Student independente* também não resultou em diferença estatisticamente significativa entre as médias das reportagens com violência de caráter homofóbico nos anos de 1972 e 1974 ($p=0,706345$).

Tabela 1 — Distribuição de reportagens sem violência, de propagandas e comunicados e de reportagens não encontradas nos anos de 1972 e 1974 no acervo Folha de S. Paulo. São Paulo, 2021.

Tipo de material encontrado	Anos estudados				Total	
	1972		1974			
	n	%	n	%	n	%
Sem violência	1474	33,12	1552	36,82	3026	34,92
Propagandas e Comunicados	1475	33,14	1073	25,46	2548	29,40
Não encontrado	1502	33,74	1590	37,72	3092	35,68
Total	4451	100,00	4215	100,00	8666	100,00

Fonte: BERTELLI; FONSECA, 2021.

Na tabela 1 observa-se a distribuição de reportagens sem violência, de propagandas e comunicados e de reportagens que não foram encontradas nos anos de 1972 e 1974. Percebe-se que a distribuição é uniforme nessas três categorias em ambos os anos analisados: cada uma com em torno de 33% em 1972, bem como em 1974, que apresenta uma variação um pouco maior, porém com porcentagens bastante próximas.

Tabela 2 — Distribuição de reportagens com violência de caráter homofóbico nos anos de 1972 e 1974 no acervo Folha de S. Paulo. São Paulo, 2021.

Tipo de reportagem com violência de caráter homofóbico		Anos estudados				Total	
		1972		1974			
		n	%	n	%	n	%
	Verbal	4	57,13	8	88,89	12	75,00
	Física	1	14,29	1	11,11	2	12,50
	Sexual	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	Verbal e Física	1	14,29	0	0,00	1	6,25

Verbal e Sexual	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Física e Sexual	1	14,29	0	0,00	1	6,25
Verbal, Física e Sexual	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	7	100,00	9	100,00	16	100,00

Fonte: BERTELLI; FONSECA, 2021.

A tabela 2 apresenta a distribuição das categorias de reportagens de caráter homofóbico nos anos de 1972 e 1974. Pode-se observar que em termos numéricos poucas reportagens foram encontradas nessas categorias: 16 em ambos os anos, sendo em sua maioria violência de caráter verbal (12, totalizando 75%). Além disso, não houve ocorrência em algumas categorias: sexual em ambos os anos; verbal e física em 1974; verbal e sexual em ambos os anos; física e sexual em 1974; e verbal, física e sexual em ambos os anos. Ainda mais, a distribuição foi relativamente semelhante nos dois anos estudados, apresentando poucas variações.

Tabela 3 — Distribuição de reportagens com violência, sem violência, de propagandas e comunicados e de reportagens não encontradas nos anos de 1972 e 1974 no acervo Folha de S. Paulo. São Paulo, 2021.

Tipo de material encontrado	Anos estudados				Total	
	1972		1974			
	n	%	n	%	n	%
Violência Verbal	4	0,09	8	0,19	12	0,14
Violência Física	1	0,02	1	0,03	2	0,02
Violência Sexual	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Violência Verbal e Física	1	0,02	0	0,00	1	0,01
Violência Verbal e Sexual	0	0,00	0	0,00	0	0,00

Violência Física e Sexual	1	0,02	0	0,00	1	0,01
Violência Verbal, Física e Sexual	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Sem violência	1474	33,07	1552	36,74	3026	34,85
Propagandas e Comunicados	1475	33,09	1073	25,40	2548	29,35
Não encontrado	1502	33,69	1590	37,64	3092	35,62
Total	4458	100,00	4224	100,00	8682	100,00

Fonte: BERTELLI; FONSECA, 2021.

Por fim, a tabela 3 é uma síntese com todos os dados coletados na pesquisa. A partir disso, observa-se que há uma uniformidade nas categorias “sem violência”; “propagandas e comunicados”; e “não encontrado”. Além disso, há uma diferença expressiva entre as reportagens com violência e as outras categorias supracitadas.

A partir desses dados, pode-se pensar que, sob uma perspectiva Analítico-Comportamental, um comportamento é selecionado em três níveis distintos: (i) filogenético; (ii) ontogenético; e (iii) cultural (MOORE, 2017; SÉRIO; MICHELETTO; ANDERY, 2009). Dessa forma, entende-se que os comportamentos humanos são complexos e são mantidos, em geral, por cadeias complexas de contingências envolvendo os níveis de seleção supracitados. Em suma, os comportamentos que ocorrem atualmente estão relacionados com uma história de reforçamento, sendo o nível cultural de suma importância na análise desta pesquisa.

Sabendo-se disso, entende-se que a mudança de comportamentos humanos não é fácil e, por vezes, envolve contingências que não são identificadas ou que são de difícil manejo. Além disso, leva-se tempo para entender as variáveis envolvidas e modificar um comportamento que se mantém ao longo de anos, ou seja, práticas culturais exigem tempo para serem modificadas (NAVES, 2013). Ao encontro disso, Glenn (1991, p. 39 apud ANGELO; BISSOLI, 2017, p. 297) afirma que “mesmo se nós nos comportarmos de forma diferente, os problemas sociais não serão atenuados até que o comportamento de muitas outras pessoas também mude”.

Dessa forma, embora a retirada da homossexualidade de um manual diagnóstico seja um passo importante para a comunidade LGBT, não é esperado — sabendo-se de tudo que

foi discutido até então — que um recorte tão específico traga mudanças nesses comportamentos nos indivíduos enquanto comunidade a curto prazo, como foi evidenciado pelos resultados desta pesquisa.

Ademais, é importante discutir qual foi o contexto que motivou a retirada da homossexualidade do DSM, pois ela ocorreu em um contexto específico e a partir de mudanças de comportamentos na comunidade de profissionais de saúde mental, sobretudo médicos. Dito isso, alguns acontecimentos ocorreram e são marcos significativos no período anterior à retirada da homossexualidade do sistema nosológico, a saber: (a) em 1948, Alfred Kinsey publicou o conhecido “Relatório Kinsey” — livro *O Comportamento Sexual do Homem* —; (b) em 1968 houve manifestações operárias e estudantis; e (c) em 1969 houve a denominada “Rebelião de Stonewall”, a qual impulsionou a Frente de Libertação Gay (FLG) (CARVALHO; SILVEIRA; DITTRICH, 2011). Além disso, a FLG teve início nos Estados Unidos, mas se espalhou ao redor do mundo (CARVALHO; SILVEIRA; DITTRICH, 2011). Além dos eventos supracitados, Roberto L. Spitzer foi um psiquiatra que revisou o DSM e auxiliou na retirada da homossexualidade enquanto transtorno psiquiátrico do sistema nosológico — DSM-II — em 1973 (BAYER; SPITZER, 1982; DRESCHER, 2007; SPITZER, 1981).

Cabe ainda destacar que os materiais analisados nesta pesquisa foram reportagens e que o impacto da mídia na comunidade deve ser considerado, tendo em vista que “a homofobia é exercida por meio do incentivo ao castigo, à hostilidade, ao preconceito e à reprodução de forma caricatural dos comportamentos homossexuais nos meios de comunicação” (MOTT, 2003 apud BARRETO; RIBEIRO, 2014, p. 97). Ainda sobre isso, pode-se considerar a mídia enquanto uma agência de controle, pois é composta por sujeitos que constituem essa agência e por indivíduos controlados (SKINNER, 2003; WANG; PEREIRA; ANDERY, 2017).

Dessa forma, deve-se levar em consideração que a mídia é controlada tanto por contingências políticas quanto econômicas dominantes em um dado período (WANG; PEREIRA; ANDERY, 2017).

Leal e Carvalho (2009) também falam da interação entre a mídia e a sociedade, ressaltando que elas se influenciam mutuamente, de modo que as notícias que são publicadas informam o público sobre o que é relevante e o público demanda que determinados temas estejam em voga.

Mais ainda, deve-se pensar sobre a influência de atores sociais sobre as questões relativas à sexualidade nas reportagens jornalísticas (LEAL; CARVALHO, 2009). Um desses atores citados são os partidos políticos e os poderes estaduais e governamentais (LEAL;

CARVALHO, 2009). A partir disso, destaca-se que o período estudado nesta pesquisa foi o da Ditadura Militar (1964-1985) e que, esse contexto sócio-histórico foi marcado pela censura da mídia, o que reflete nos resultados obtidos pela pesquisa. Vale destacar, então, que “as mídias noticiosas não podem assim ser vistas como espaços neutros ou meramente técnicos.” (LEAL; CARVALHO, 2009, p. 7). Dito isso, ressalta-se a importância de analisar sob quais controles o jornal estudado estava nos anos de 1972 e 1974.

Sendo assim, a escassez de reportagens sobre violência de caráter homofóbico se deu por que não havia violência ou por que ela não era noticiada? Sabendo-se do histórico violento da humanidade com relação a homossexualidade pode-se inferir que se trata do segundo caso supracitado, sobretudo em um período de extrema censura. Isso pode ser evidenciado por uma matéria de Pilagallo (2014) para a Folha de S. Paulo, na qual o autor cita que “Alguns jornais, como a Folha, acatavam as orientações dos censores”. Em outra matéria (“Documento cita apoio da imprensa ao golpe de 64”), do mesmo veículo de informação, afirma-se que o jornal apoiou o Golpe de 1964 (2014). Ao encontro disso, segundo Sayuri (2020), as grandes mídias, Folha de S. Paulo inclusa, apoiaram a ascensão do Regime Militar (SAYURI, 2020).

Ainda sobre a mídia, Leal e Carvalho (2009, p. 2) citam que

a grande imprensa, como parte da sociedade brasileira, não é imune às tensões que marcam as construções de gênero e sexualidade no país, e às quais a própria noção de homofobia – e os fenômenos por ela nomeados – está intrinsecamente ligada.

Sabendo-se do que foi supracitado e da importância do terceiro nível de seleção para a manutenção do comportamento homofóbico, pode-se pensar na mídia enquanto interação com a sociedade: ela é modificada pela cultura, bem como modifica a comunidade (WANG; PEREIRA; ANDERY, 2017). Dito isso, a modificação do DSM pode causar impacto na mídia e vice-versa. No entanto, esta pesquisa apontou que não houve impacto na análise a curto prazo em um recorte brasileiro, mais especificamente paulista, devendo-se entender que, como supracitado, práticas culturais são complexas e, dessa forma, sua modificação também o é.

Para uma análise mais acurada do comportamento homofóbico, deve-se ter em vista os conceitos de reforçamento positivo (SKINNER, 2003) e de controle aversivo (SIDMAN, 2009; SKINNER, 2003) para se analisar tanto o comportamento de quem emite comportamentos homofóbicos (agressor), quanto o de quem sofre com esses comportamentos (vítima).

Analisando o comportamento do agressor, tem-se que piadas de caráter homofóbico são socialmente reforçadas. Além disso, há controle aversivo para pessoas que não reforçam

quem emite essas piadas (não riem, por exemplo), bem como quem não as reproduz posteriormente, ou seja, essas pessoas são punidas, seja positivamente ou negativamente. Dessa forma, o comportamento homofóbico é retroalimentado, ou seja, é mantido tanto por reforçamento positivo (risadas — reforço positivo social) quanto por reforçamento negativo (evitar ser punido pelos pares). Corroborando com essa análise, Sidman (2009) relata que a “coerção social é aceita como natural” (2009, p. 39). Cabe destacar que essa análise de como o reforçamento social opera pode se estender para outros tipos de violência para além do verbal.

Vale ressaltar que no caso da violência física, além de todos os fatores supracitados tem-se que violentar fisicamente um sujeito faz com que ele se comporte a fim de fugir dessa situação. Desse modo, aquela pessoa (estímulo aversivo para o agressor) será retirada do ambiente, reforçando negativamente o comportamento do agressor. Isso pode chegar ao extremo, no caso em que a vítima é morta e, dessa forma, é retirada definitivamente do ambiente.

Do ponto de vista da vítima, há um controle por reforçamento negativo, ou seja, a pessoa evita emitir comportamentos homossexuais para não ser punida pelos pares. No entanto, cabe ressaltar o controle de estímulos, ou seja, a discriminação das situações em que será reforçada positivamente se emitir comportamentos homossexuais e as situações em que será punida caso os emita.

Mais ainda, é importante ressaltar que o modelo que figuras de autoridade dão para a comunidade influenciam como as pessoas se comportam, ou seja, o processo de modelação (MOREIRA; MEDEIROS, 2007) também está presente no comportamento homofóbico, visto que pessoas que detêm poder dão modelo de comportamentos homofóbicos e são reforçadas por isso. Isso também vale para as mídias, as quais legitimam determinados comportamentos (NAVES, 2013).

Dito isso, vale recapitular que a retirada da homossexualidade do DSM não impacta a curto prazo essas contingências complexas descritas, o que confirma os resultados obtidos nesta pesquisa de que não houve mudança no número de reportagens de caráter homofóbico encontradas nos anos estudados, mais ainda, em ambos os anos analisados não houve frequência alta de ocorrência.

Sendo assim, os baixos números de reportagens de caráter homofóbico, obtidos em ambos os anos estudados, pode ser entendido que essa falta de reportagens serve de ocasião (NAVES, 2013) para comportamentos homofóbicos, uma vez que isso sinaliza que as pessoas não serão expostas nem punidas.

A partir dessa discussão utilizando os conceitos básicos da análise do comportamento, pode-se analisar o comportamento homofóbico de forma mais complexa a partir do comportamento verbal. Dito isso, Guerin et al (2012) citam que o comportamento verbal é um processo social, de modo que está intimamente ligado às construções/representações sociais. Desse modo, “uma análise comportamental da construção social deve focar-se na manutenção do comportamento verbal para mostrar como o conhecimento construído socialmente funciona” (GUERIN et al, 2012, p. 122).

Sendo assim, os tipos de comportamentos verbais relacionados às construções sociais são, sobretudo, os intraverbais e os tatos (GUERIN et al, 2012). Os primeiros “estão sob controle discriminativo de outras palavras” (SKINNER, 1957, p. 71 apud GUERIN et al, 2012, p. 122); enquanto os últimos estão sob controle de estímulos ambientais, incluindo o próprio indivíduo (GUERIN et al, 2012).

Sabendo-se disso, o comportamento homofóbico pode estar sob controle de intraverbais, uma vez que “comportamentos verbais poderiam apenas estar sendo controlados por palavras e consequências sociais por repetir aquelas palavras em contextos apropriados.” (GUERIN et al, 2012, p. 123). Além desse comportamento também estar relacionado com os tatos, visto que “são controlados e mantidos por consequências sociais generalizadas” (SKINNER, 1953, 1957 apud GUERIN et al, 2012, p. 123).

Ademais, a transição de tatos para intraverbais está intimamente relacionada com a manutenção das representações sociais (GUERIN et al, 2012). Isso significa que o comportamento homofóbico pode, inclusive, estar sob controle de intraverbais a nível privado, sendo entendido cada vez mais como um comportamento complexo e de difícil mudança. Entende-se, então, que a mídia possui papel importante em colocar as pessoas da comunidade verbal sob controle de operantes verbais do tipo intraverbal (NAVES, 2013). Por fim, Guerin et al (2012) falaram sobre a construção social do conhecimento, o que vai ao encontro do que Leal e Carvalho (2009) relatam sobre as mídias jornalísticas serem instâncias de construção da realidade.

Na atualidade há dados sobre violências que mostram a presença da homofobia na maior parte das vidas das pessoas da comunidade LGBT. Em seu texto, Leal e Carvalho (2009, p. 1) citam uma pesquisa, realizada na Parada LGBT de São Paulo de 2005, a qual relata que

72,1% das mais de dois milhões de pessoas ali presentes informaram que já haviam sofrido alguma forma de discriminação em função de sua identidade, orientação e/ou prática sexual. Na mesma pesquisa, 67,5% disseram que já tinham sofrido agressões físicas pelas mesmas razões.

Atualmente, no Brasil, a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero passou a ser punida pela lei 7716/89 (Lei do Racismo) a partir de 2019, quando foi aprovada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) (BARIFOUSE, 2019). Naves (2013) escreve sobre leis a partir de uma perspectiva Analítico-Comportamental, ressaltando que a legislação pode ser entendida enquanto regras (descrições de contingências).

Cabe destacar que a criminalização da LGBTfobia é muito recente (2019) e que não possui uma lei própria na legislação brasileira — tal prática é punida pela Lei do Racismo. Naves (2013) ainda destaca que as leis possuem o objetivo de manter ou então eliminar determinado comportamento cultural. Dessa forma, a criminalização está caminhando no sentido de tentar eliminar comportamentos LGBTfóbicos.

Por fim, atualmente existe o Disque Direitos Humanos (Disque 100), o qual “é um serviço disseminação de informações sobre direitos de grupos vulneráveis e de denúncias de violações de direitos humanos” (BRASIL, 2020; BRASIL, 2021). Dentre os grupos atendidos está a comunidade LGBT.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar se a frequência de ocorrência de reportagens sobre o que é denominado hoje de homofobia mudou após a retirada da homossexualidade do DSM, ou seja, aumentou o número de reportagens? Diminuiu? Manteve-se? Em síntese, este estudo teve como conclusão que a saída da homossexualidade do DSM em 1973 não impactou a curto prazo a frequência de ocorrência de reportagens de caráter homofóbico do jornal Folha de S. Paulo. Tal frequência se manteve uniforme em ambos os anos analisados (1972 e 1974). Dessa forma, o objetivo da pesquisa foi atingido.

A partir disso, entende-se que essa mudança pontual (saída da homossexualidade do DSM), embora importante, não é suficiente para mudar comportamentos homofóbicos e que, o momento sócio-histórico brasileiro (Ditadura Militar) da época estudada provavelmente influenciou na escassez de reportagens com relatos de homofobia, tanto antes, quanto após à retirada da homossexualidade do DSM.

Além disso, como limitação do estudo tem-se que o n referente às reportagens com violência teve uma frequência baixa em relação às outras categorias, o que dificultou a realização do teste *qui-quadrado*. Além disso, o teste *qui-quadrado* realizado através do *Microsoft Excel* não utiliza o fator de correção de continuidade.

Por fim, sugere-se que pesquisas posteriores investiguem o impacto da saída da homossexualidade do DSM a médio e longo prazo, visto que o presente trabalho analisa o impacto a curto prazo. Por fim, Como Wang, Pereira e Andery (2017) sugerem, os “analistas

do comportamento deveriam se interessar mais pelo tema pelo fato de a mídia ser essencial em qualquer tentativa de mudança de prática social em larga escala.” (WANG; PEREIRA; ANDERY, 2017, p. 155).

6. REFERÊNCIAS

- ANGELO, H. V. B. R.; BISSOLI, E. B. Uma proposta de diálogo entre a Psicologia Social de Silvia Lane e a Análise do Comportamento. **Perspectivas em Análise do Comportamento**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 288-302, 2017.
- BANACO, R. A.; ZAMIGNANI, D. R.; MEYER, S. B. Função do comportamento e do DSM: Terapeutas Analítico-comportamentais discutem a Psicopatologia. *In*: TOURINHO, E. Z.; LUNA, S. V. **Análise do Comportamento – investigações históricas, conceituais e aplicadas**. São Paulo: Roca, 2010. p. 175-191.
- BARIFOUSE, R. STF aprova a criminalização da homofobia. **BBC News Brasil**, São Paulo, 13 de jun. de 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47206924>>. Acesso em: 19 de mar. de 2021.
- BARRETO, W.; RIBEIRO, M. R. Homossexualidade, Coerção e Homofobia em “Orações para Bobby”. *In*: RIBEIRO, M. R.; DE-FARIAS, A. K. C. R. **Skinner Vai ao Cinema (Volume 2)**. 1. ed. Brasília: Instituto Walden4, 2014. p. 90-110.
- BAYER, R.; SPITZER, R. L. Edited correspondence on the status of homosexuality in DSM-III. **Journal of the History of the Behavioral Sciences**, Nova Iorque, v. 18, n. 1, p. 32–52, 1982.
- BRASIL. Assistência Social. Denunciar violação de direitos humanos. **Governo Federal**, Brasília, 09 de jul. de 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/servicos/denunciar-violacao-de-direitos-humanos>>. Acesso em: 19 de mar. de 2021.
- CARVALHO, M. R. A.; SILVEIRA, J. M.; DITTRICH, A. Tratamento Dado ao Tema “Homossexualidade” em Artigos do Journal of Applied Behavior Analysis: Uma Revisão Crítica. **Revista Brasileira de Análise do Comportamento**, Paraná, v. 7, p. 72-81, 2011.
- DOCUMENTO CITA APOIO DA IMPRENSA AO GOLPE DE 64. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 de dez. de 2014. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1560739-documento-cita-apoio-da-imprensa-ao-golpe-de-64.shtml?cmpid=menupe&origin=folha>>. Acesso em: 19 de mar. de 2021.
- DRESCHER, J. An Interview with Robert L. Spitzer, MD. *In*: DRESCHER, J.; MERLINO, J. P. **American Psychiatry and Homosexuality: An Oral History**. Nova Iorque: Harrington Park Press, 2007. p. 95-110.
- FAZZANO, L. H.; GALLO, A. E. Uma Análise da Homofobia Sob a Perspectiva da Análise do Comportamento. **Temas em Psicologia**, Paraná, v. 23, n. 3, p. 535-545, 2015.
- GUERIN, B. et al. Análise do comportamento e a construção social do conhecimento. **Revista Brasileira de Análise do Comportamento**, v. 5, n. 1, p. 117-137, 2012.
- LAURENTI, R. Homossexualismo e a Classificação Internacional de Doenças. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 18, n. 5, p. 344-347, 1984. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101984000500002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 de ago. de 2019.

LEAL, B. S.; CARVALHO, C. A. Sobre jornalismo e homofobia ou: pensa que é fácil falar? **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 1-15, 2009. Disponível em: <<https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/214/353>>. Acesso em: 4 de mar. de 2021.

MIZAEL, T. M. Perspectivas Analítico-Comportamentais sobre a homossexualidade: análise da produção científica. **Revista Perspectivas**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 15-28, 2018.

MOORE, J. Seleção Comportamental por Consequências. **Revista Brasileira de Análise do Comportamento**, Paraná, v. 13, n. 2, p. 48-56, 2017.

MOREIRA, M. B.; MEDEIROS, C. A. **Princípios básicos de Análise do Comportamento**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

NAVES, A. R. C. X. **Relações entre a Mídia e Leis nas Mudanças da Família Brasileira: uma análise comportamental da evolução de práticas culturais**. 2013. Tese (Doutorado em Ciências do Comportamento) – Psicologia, Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

PILAGALLO, O. Imprensa apoiou ditadura antes de ajudar a derrubá-la. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 de mar. de 2014. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/157543-imprensa-apoiou-ditadura-antes-de-ajudar-a-derruba-la.shtml?origin=folha>>. Acesso em: 19 de mar. de 2021.

SAYURI, J. Entrevista: “A grande imprensa foi muito mais colaboradora do que opositora da ditadura”, diz historiador. **The Intercept Brasil**, Rio de Janeiro, 17 de jul. de 2020. Disponível em: <<https://theintercept.com/2020/07/17/entrevista-a-grande-imprensa-foi-muito-mais-apoiadora-e-colaboradora-do-que-opositora-da-ditadura-diz-historiador/>>. Acesso em: 19 de mar. de 2021.

SÉRIO, T. M.; MICHELETTO, N.; ANDERY, M. A. Modo causal de seleção por consequências e a explicação do comportamento. In: ANDERY, M. A.; MICHELETTO, N.; SÉRIO, T. M. **Comportamento e Causalidade**. São Paulo: PUC-SP, 2009. p. 31-45.

SIDMAN, M. **Coerção e suas implicações**. Campinas: Editora Livro Pleno, 2009.

SKINNER, B. F. **Ciência e comportamento humano**. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SKINNER, B. F. **Sobre o Behaviorismo**. São Paulo: Editora Cultrix, 2011.

SPTIZER, R. L. The diagnostic status of homosexuality in DSM-III: A reformulation of the issues. **The American Journal of Psychiatry**, Nova Iorque, v. 138, n. 2, p. 210–215, 1981.

WANG, M. D. L.; PEREIRA, M. E. M.; ANDERY, M. A. Mídia, comportamento e cultura. **Perspectivas em Análise do Comportamento**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 147–164, 2017.

Contatos: gabriela_bertelli@hotmail.com e cristina.fonseca@mackenzie.br